

## **24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas 14.12.2016**

### **Ponto 3.1 - Declaração de Voto**

#### **Abertura Procedimento Administrativo para a Classificação de Monumento de Interesse Público da Quinta do Espírito Santo**

Há sensivelmente 9 anos esta Câmara Municipal deliberou a aquisição da Quinta do Espírito Santo pelo valor de 1 milhão de euros.

Este imóvel do século XVIII veio plenamente à posse municipal em 2009, ano em que ficou concluído todo o processo jurídico-administrativo da sua aquisição.

No momento da deliberação de aquisição foi referido que a mesma tinha como objetivo recuperar e preservar o edificado e constituir aí um espaço museológico. Nessa altura os vereadores da CDU concordaram e referiram que, embora não fosse esse o único destino possível a ser dado, pois outros poderiam ser equacionados, o mesmo respeitava o interesse público, uma vez que a Quinta do Espírito Santo está classificada como Imóvel de Interesse Municipal desde 1996.

Desde a sua aquisição muitas foram “*as nuances*” admitidas pelos sucessivos executivos.

Em Maio de 2010 com a abertura de um procedimento concursal para o arrendamento a uma atividade de restauração, a qual iria ocupar 2/3 da área do edificado, secundarizando a valência cultural e pública e o já então anunciado Museu da Cidade. O eventual arrendatário ficaria então, não fosse o concurso ter ficado deserto, com o usufruto por 25 anos de 514 m<sup>2</sup>, enquanto o “Museu da Cidade” com apenas 282 m<sup>2</sup> (na altura passaram a denominá-lo de “núcleo museológico”).

Em 2011, por duas vezes, foram ainda iniciados procedimentos concursais por ajuste direto, que felizmente também não avançaram, ambos por valores de arrendamento sucessivamente inferiores, mas mantendo as mesmas áreas de ocupação.

Depois, durante quase 2 anos nada se soube nem sobre o arrendamento da Quinta do Espírito Santo, nem sobre a instalação do “Museu da Cidade” nem sobre o destino a dar ao imóvel que tinha custado 1 milhão de euros. Numa das vezes que questionámos a Câmara a resposta lacónica obtida do então vice-presidente foi que “... o contrato foi assinado em Março de 2012 e que se aguarda a todo o momento que entre em obra.”

Em junho de 2014 com a candidatura municipal ao Programa “Reabilitar para Arrendar” foram abertas novas perspetivas. Um programa que visou impulsionar a reabilitação não só da Quinta do Espírito Santo mas também da Fonte das Piçarras e da Quinta das Águas Férreas.

Será através deste programa que em fevereiro de 2015 foi publicado o anúncio para a reabilitação da Quinta do Espírito Santo - 1ª fase, com um valor total de cerca de 190 mil euros. Presumimos que seja esta obra que tem estado a decorrer.

Paralelamente, também em fevereiro de 2015 foi deliberado nesta câmara a proposta a classificação de 5 árvores como de Interesse Público, 4 das quais são os plátanos existentes no Jardim da Quinta do Espírito Santo. Esta deliberação terá sido enviada para o Instituto de Conservação da Natureza, no entanto e passado mais de 1 ano, não há conhecimento de quais os seus desenvolvimentos. Se a proposta foi aceite, como está o processo de classificação, se foram tomadas as medidas preconizadas então no processo, que era de se proceder à descontaminação de infestantes para melhor proteção das árvores.

Mais recentemente, em Outubro passado foi deliberado o lançamento do concurso para a realização das obras necessárias para colocar este imóvel de interesse municipal ao dispor e fruição dos munícipes e de veraneantes, já que também contribuirá para dinamizar do turismo e a economia locais. No objeto do contrato é dito que no piso térreo será instalado o núcleo museológico D. Dinis e a Centro Interpretativo, loja e cafetaria, no 1º piso um auditório, salas de exposição e centro de documentação e que no último piso serão os serviços municipais de apoio. Quanto aos espaços exteriores é dito unicamente que haverá uma intervenção só na zona adjacente ao edifício. Nesta intervenção não está incluída a recuperação das duas fontes, uma de espaldar concheado, com azulejos representando um vaso com flores e a outra com motivos embrechados, assim como o chafariz de cantaria de calcário situado ao centro.

**Hoje** acabámos de deliberar a ratificação para abertura do procedimento administrativo para a Classificação da Quinta do Espírito Santo como Imóvel de Interesse Público.

Em coerência com tudo o que temos dito ao longo de todos estes anos, estamos de acordo com a presente proposta e por isso votámos favoravelmente. Mais, consideramos que todo o conjunto - imóvel e jardim envolvente onde se incluem os plátanos - deveriam ser classificados como de interesse público, pois conforme dissemos em outubro passado, consideramos que também este património exterior tem que ser recuperado.

Odivelas, 14 de Dezembro de 2016

Os Vereadores da CDU